



COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PODER LOCAL  
XII Legislatura - 2ª Sessão legislativa

**ATA NÚMERO CENTO E VINTE E SEIS**

Em vinte e seis de julho de dois mil e treze, cerca das dez horas e vinte minutos, a Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (CAOTPL) reuniu na sala de reuniões número cinco do Palácio de S. Bento, com as presenças e faltas dos seguintes Senhores Deputados, conforme consta das respetivas folhas de registo:

- Presenças

- Efetivos

Ramos Preto (PS); António Prôa (PSD); Bruno Coimbra (PSD); Bruno Vitorino (PSD); Emília Santos (PSD); Jorge Paulo Oliveira (PSD); Maurício Marques (PSD); Mário Magalhães (PSD); Ângela Guerra (PSD); Eurídice Pereira (PS); Miguel Coelho (PS); Mota Andrade (PS); Pedro Farmhouse (PS); Renato Sampaio (PS); Altino Bessa (CDS-PP); Maria Margarida Neto (CDS-PP); Paulo Sá (PCP); Helena Pinto (BE).

- Suplentes

Paulo Cavaleiro (PSD); Nuno André Figueiredo (PS); Pedro Morais Soares (CDS-PP); Paula Santos (PCP).

- Faltas

Carlos Abreu Amorim (PSD); Fernando Marques (PSD); José Junqueiro (PS); Heloísa Apolónia (PEV)

Após a verificação do quórum, o Presidente da Comissão, Senhor Deputado António Ramos Preto (PS), declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Audição do Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional - nos termos do nº 2 do artigo 104º do RAR.

Esta audição foi transmitida em direto pelo Canal Parlamento e o respetivo registo áudio/vídeo encontra-se disponível para consulta na ar@net em Serviços - DRAA - Canal Parlamento - Arquivo - Comissões - CAOTPL ([20130726](#)) e em [http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL2/02\\_com/11\\_caotpl/20130726caotpl.wmv](http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL2/02_com/11_caotpl/20130726caotpl.wmv), pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Senhor Prof. Doutor Miguel Poiães Maduro, o qual estava acompanhado pelo Secretário de Estado da Administração Local, Senhor Dr. António Leitão Amaro, fez uma intervenção inicial na qual, em síntese, se referiu aos Acordos, assinados no dia anterior, entre o Governo e a ANMP e a ANAFRE sobre as propostas de lei de Finanças Locais e de Atribuições e Competências das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e os aspetos mais relevantes dos mesmos, ao estudo de impacto da PPL de Finanças Locais, entretanto remetido à Comissão e à publicitação dos anteriores e futuros relatórios de Inspeções a Autarquias Locais.

Depois, para uma primeira ronda de intervenções dos grupos parlamentares, o Senhor Presidente da Comissão deu a palavra ao Senhor Deputado Mota Andrade (PS) (divulgação dos relatórios de inspeções às Autarquias Locais; modelo do impacto da PPL de Finanças Locais/redução das receitas dos Municípios relativas a IMI, IRS e IRC; Fundo de Apoio Municipal/contributos do Governo e dos Municípios; verbas do

QREN/papel para as CIM e Áreas Metropolitanas; administração das CIM/possibilidade da existência de três secretários), Senhor Deputado António Prôa (PSD) (Acordo entre o Governo e a ANMP e a ANAFRE/responsabilidades, transparência, informação e monitorização/racionalização de recursos-Grupo de Trabalho para avaliação de custos-padrão/CIM e Áreas Metropolitanas; quadro de evolução das receitas municipais), ao Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP) (Acordo Governo-ANMP e ANAFRE; publicidade dos relatórios das Inspeções às Autarquias Locais; impacto das receitas na nova Lei de Finanças Locais; situação das empresas municipais; ponto de situação do PAEL; potenciais aumentos de receitas do IMI), à Senhora Deputada Paula Santos (PCP) (paragem durante meses do processo legislativo relativo à PPL de Finanças Locais e atual conclusão do mesmo à prensa; previsão de receitas das Autarquias/debilidade do princípio da participação de receitas do Estado nas Autarquias/manutenção da arquitetura financeira em que o imobiliário é a principal fonte de receita autárquica/condicionalismo da autonomia do Poder Local/redução do FFF-diminuição da capacidade de intervenção das Freguesias; acordo Governo-ANMP e ANAFRE/subjacente enfraquecimento do Poder Local) e à Senhora Deputada Helena Pinto (BE) (publicidade dos relatórios de Inspeções às Autarquias; processo legislativo da PPL de Finanças Locais e competências da Assembleia da República; acordo Governo-ANMP e ANAFRE/aspectos não concretizáveis na Lei de Finanças Locais; progressividade dos impostos a nível municipal), tendo os Senhores Ministro e Secretário de Estado usado da palavra relativamente às questões suscitadas, imediatamente após cada uma daquelas intervenções.

Depois, teve lugar uma segunda ronda de intervenções dos grupos parlamentares, na qual o Senhor Presidente da Comissão concedeu a palavra à Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) (Finanças Locais/perda real de receitas para os Municípios; Equipa para os assuntos da Reorganização Territorial Autárquica/resultado do respetivo trabalho), à Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD) (Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses/dados positivos da situação dos Municípios/empenho das Autarquias e do Governo/PAEL/consolidação orçamental e comparticipação das Autarquias em projetos cofinanciados por Fundos Europeus), ao Senhor Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP) (Acordo Governo-ANMP e ANAFRE/reforço das competências e dos meios financeiros das Freguesias-FFF, IMI; atualização do recenseamento eleitoral; agregação de Freguesias/prestação das contas do ano em curso), à Senhora Deputada Paula Santos (PCP) (Finanças Locais/manutenção do atual nível de receitas não permite o cabal exercício das competências das Autarquias Locais; não cumprimento do princípio constitucional da justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e a Administração Local; novas medidas conducentes ao esvaziamento das competências dos Municípios; aumento do horário dos trabalhadores da Administração Pública e da Administração Local/perda de salário; processo legislativo da PPL de Finanças Locais) e à Senhora Deputada Helena Pinto (BE) (Lei de Finanças Locais/aspectos do Acordo Governo-ANMP e ANAFRE que ficam para o futuro/redução de meios para o exercício das competências das Autarquias; reapreciação na AR do Decreto que estabelece as Atribuições e Competências das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), tendo os Senhores Ministro e Secretário de Estado usado da palavra, imediatamente após cada uma das referidas intervenções, para se pronunciarem sobre as questões suscitadas.

Realizou-se ainda uma terceira ronda para intervenções de Senhores Deputados, tendo o Senhor Presidente da Comissão dado a palavra ao Senhor Deputado Jorge



Paulo Oliveira (PSD) (Assembleias Distritais/situação do inventário do património imobiliário a entregar ao Estado), à Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) (Fundos Comunitários 2014-2020/Agência para o Desenvolvimento da Coesão), à Senhora Deputada Paula Santos (PCP) (aumento de horário dos Trabalhadores da Administração Local/violação dos direitos dos trabalhadores; autonomia dos Municípios/redução de meios para o exercício das respetivas competências; destino dos trabalhadores e das competências das empresas municipais extintas; Fundo de Apoio Municipal/critérios para a participação dos Municípios), ao Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) (Acordo Governo-ANMP e ANAFRE/estudo para a reformulação da Fiscalidade e Competitividade Local/alocação de bens móveis e imóveis pela Freguesias/ derrama/transparência-informação), após o que usaram ainda da palavra o Senhor Ministro e o Senhor Secretário de Estado acerca das questões colocadas.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão, Senhor Deputado António Ramos Preto (PS) deu esta reunião por finda, eram cerca das treze horas e quinze horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSAO

António Ramos Preto

JF/